



Daniel Castro Gomes da Costa
Reynaldo Soares da Fonseca
Sérgio Silveira Banhos
Tarcísio Vieira de Carvalho Neto
Coordenadores

Prefácio
Rosa Weber

**DEMOCRACIA,
JUSTIÇA E CIDADANIA**
Desafios e Perspectivas

Homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso

TOMO 1

Direito Eleitoral, Política e Democracia

TOMO 2

Pensando as Instituições, a Justiça e o Direito

Área específica do box

Direito Administrativo

Áreas afins do box

Direito Público. Direito Eleitoral. Direito constitucional.
Direito Financeiro. Direito Econômico.
Direito Internacional Público. Direito Penal.
Direito Processual Civil. Direitos Humanos.

Público-alvo/consumidores

Todos os operadores do direito e estudantes de direito.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001759

ISBN BOX: 978-85-450-0771-5

A presente obra – *Democracia, justiça e cidadania: desafios e perspectivas* –, organizada com maestria em homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso, é um convite à reflexão, sob lentes atuais, a respeito de assuntos sensíveis e caros à nossa sociedade, como a democracia brasileira nos cento e vinte anos da República, o Direito Eleitoral e a reforma política.

Ministra Rosa Weber

DANIEL CASTRO GOMES DA COSTA

Advogado. Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direitos Humanos *Ius Gentium Conimbrigae* da Universidade de Coimbra (Portugal), com período de pesquisa na *Harvard Law School* (Cambridge, EUA). Juiz titular do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Diretor da Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Membro do Conselho Consultivo da Escola Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral. Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Membro da Comissão de Assuntos Regulatórios do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

REYNALDO SOARES DA FONSECA

Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direitos Humanos *Ius Gentium Conimbrigae* da Universidade de Coimbra (Portugal). Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e de cursos de extensão na *Università degli Studi di Siena* (UniSi-Itália).

SÉRGIO SILVEIRA BANHOS

Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Subprocurador do Distrito Federal. Advogado. Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direitos Humanos *Ius Gentium Conimbrigae* da Universidade de Coimbra (Portugal). Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Sussex (Inglaterra). Pós-doutorando em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direitos Humanos, no *Ius Gentium Conimbrigae*, da Universidade de Coimbra.

TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO

Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Subprocurador do Distrito Federal. Advogado. Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direitos Humanos *Ius Gentium Conimbrigae* da Universidade de Coimbra (Portugal). Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP). Ex-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD/UnB).

SUMÁRIO – Tomo I

PREFÁCIO

Rosa Weber	13
------------------	----

CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE ACERCA DA REFORMA DO SISTEMA ELEITOR BRASILEIRO – O SISTEMA DISTRITAL MISTO COMO ALTERNATIVA A SER TESTADA	15
---	----

LUÍS ROBERTO BARROSO	15
----------------------------	----

Introdução	15
Parte I – Exposição geral da proposta	15
1 Objetivos da reforma política	16
2 O sistema eleitoral em vigor	16
3 O sistema distrital misto como alternativa	17
4 O sistema distrital misto no modelo alemão e sua adaptação ao Brasil	19
Parte II – Detalhamento da proposta	19
Nota prévia: propostas em discussão no Congresso Nacional	19
1 O sistema eleitoral adotado	20
2 As eleições majoritárias nos distritos	21
3 As eleições proporcionais em lista fechada	24
4 Cláusula de vigência	26
5 Processo legislativo	26
Referências	26

PARTIDOS POLÍTICOS E COMPLIANCE	29
---------------------------------------	----

DANIEL CASTRO GOMES DA COSTA	29
------------------------------------	----

1 Introdução	29
2 Análise do sistema político-eleitoral brasileiro: partidos políticos e candidaturas	30
2.1 O novo financiamento Eleitoral Brasileiro. Contratação de parentes e empresas de parentes com recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha	31
2.2 O “caixa” dois de campanha	33
2.3 Políticas paritárias em relação a mulheres e minorias	35
2.3.1 Fraude à cota de gênero (“candidaturas laranjas”)	35
2.3.2 Não aplicação do percentual mínimo do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para mulheres	36
2.4 O fenômeno das redes sociais x <i>fake news</i>	37
2.5 Proteção de dados (Lei nº 13.709/18)	40
2.6 Transparência nos Partidos Políticos	42
2.7 Ausência de democracia intrapartidária	43
3 O <i>compliance</i> partidário é a solução?	46
4 Conclusão	54
Referências	56

O PAPEL DA DEMOCRACIA INTRAPARTIDÁRIA EM MOMENTO DE CRISE NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA	61
--	----

SÉRGIO SILVEIRA BANHOS	61
------------------------------	----

1 Notas de introdução	61
2 Há uma crise na democracia representativa?	62
3 Partidos políticos e autonomia partidária	66
4 Em busca de uma democracia intrapartidária	68
5 Conclusão	73
Referências	73

O FUTURO DO CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO E A CONTRIBUIÇÃO DE LUÍS ROBERTO BARROSO	77
REYNALDO SOARES DA FONSECA, RAFAEL CAMPOS SOARES DA FONSECA	77

1 A propósito de uma homenagem	77
2 Linhas gerais sobre a emergência do neoconstitucionalismo no Brasil	79

3	Pluralidade conceitual do neoconstitucionalismo.....	80
4	Notas comuns às propostas de neoconstitucionalismos	81
5	Os sentidos do neoconstitucionalismo.....	83
5.1	Modelo de organização política.....	83
5.2	Ideologia.....	86
5.3	Metodologia.....	86
5.4	Teoria do direito.....	87
5.5	Paradigma científico.....	88
6	Reflexos do neoconstitucionalismo nas instituições democráticas.....	89
6.1	Judiciário e direitos fundamentais.....	90
6.2	Princípios e racionalidade.....	92
7	Considerações finais.....	94
	Referências.....	95

RECESSÃO DEMOCRÁTICA, POPULISMO E UM PAPEL POSSÍVEL PARA AS CORTES CONSTITUCIONAIS..... 99

LUNA VAN BRUSSEL BARROSO 99

1	Introdução.....	99
2	A democracia levada ao limite.....	101
3	O populismo do século XXI.....	104
4	Um papel possível para as cortes constitucionais.....	109
5	Conclusão.....	113
	Referências.....	114

O EQUILÍBRIO ENTRE CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA: A POSIÇÃO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NA DISCUSSÃO ACERCA DO FINANCIAMENTO EMPRESARIAL DE CAMPANHAS ELEITORAIS. 117

CARLOS MÁRIO VELLOSO FILHO, JOÃO CARLOS BANHOS VELLOSO 117

	Nota Prévia.....	117
	Introdução.....	118
1	Entre o minimalismo e o maximalismo: parâmetros de autocontenção judicial e deferência à decisão política.....	119
1.1	O desafio da jurisdição constitucional no Estado Democrático de Direito.....	119
1.2	Parâmetros de deferência e autocontenção judicial no controle de constitucionalidade.....	121
1.2.1	Controle de constitucionalidade em matéria de direitos fundamentais e de proteção às regras do jogo democrático.....	121
1.2.2	Deferência às capacidades institucionais.....	122
1.3	Favorecimento de modelos decisórios dialógicos.....	123
2	A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650.....	126
3	A posição do Ministro Luís Roberto Barroso.....	127
	Conclusão.....	129
	Referências.....	129

SOBRE A TIPOLOGIA DAS FORMAS POLÍTICAS..... 131

JORGE MIRANDA..... 131

	Introdução geral.....	131
I	Formas de governo e regimes políticos.....	133
1	As tipologias em geral.....	133
2	As grandes classificações doutrinárias.....	135
3	As formas de governo modernas.....	138
4	Os tipos de governos com interferência militar.....	141
5	A legitimidade política.....	142
II	O regime político liberal e a democracia representativa.....	143
6	A liberdade política e o pluralismo.....	143
7	Regimes liberais, <i>autoritários</i> e <i>totalitários</i>	143
III	Sistemas de governo.....	147
8	Sistemas de governo em geral.....	147
9	Sistemas com concentração.....	148
10	Sistemas de governo com desconcentração de competências.....	149
	Nota final.....	151
	Referências.....	151

REFORMA POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO..... 153

JOEL ILAN PACIORNIK, SANDRO NUNES VIEIRA..... 153

1	Introdução.....	153
2	Sistema de representação proporcional.....	154
2.1	Origem do sistema de representação proporcional.....	154
2.2	Representação proporcional no Brasil.....	156
2.3	Problemas relacionados à representação proporcional.....	157
3	Alternativas ao sistema de representação proporcional: distrital puro e distrital misto.....	160

3.1	Sistema distrital puro.....	161
3.2	Sistema distrital misto	162
3.3	Vantagens do sistema distrital misto.....	163
4	Considerações finais	164
	Referências.....	167
CRISE DO PRESIDENCIALISMO, <i>IMPEACHMENT</i> E DEMOCRACIA.....		169
ALINE REZENDE PERES OSORIO, ADEMAR BORGES DE SOUZA FILHO.....		169
	Introdução	169
1	Estabilidade democrática <i>versus</i> Colapsos presidenciais na América Latina.....	170
2	O debate presidencialismo <i>versus</i> parlamentarismo	175
2.1	Superioridade do sistema parlamentarista.....	175
2.2	Instabilidade de governos presidencialistas depende de outras variáveis.....	177
2.3	O presidencialismo não é necessariamente mais instável que o parlamentarismo.....	178
3	Parlamentarização do presidencialismo na América Latina.....	179
3.1	Introdução de mecanismos parlamentaristas em sistemas presidencialistas – a atenuação do presidencialismo.....	179
3.2	Interrupções de mandatos presidenciais	182
4	“Parlamentarização” do presidencialismo na América Latina: evidências dos recentes processos de <i>impeachment</i> no Brasil, Paraguai e Peru	185
4.1	Equador: Lucio Gutiérrez, 2005.....	187
4.2	Paraguai: Fernando Lugo, 2012.....	188
4.3	Brasil: Dilma Rousseff, 2016.....	188
5	Conclusão	189
	Referências.....	191
LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS: O CASO DAS <i>FAKE NEWS</i> NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2018.....		195
CARLOS BASTIDE HORBACH.....		195
	Introdução	195
	<i>Fake news</i> : fatores de potencialização	196
	Caracterizando as <i>fake news</i>	200
	Direito e <i>fake news</i> : experiências estrangeiras.....	201
	<i>Fake news</i> e direito eleitoral brasileiro	206
	Considerações finais	209
	Referências.....	209
REFORMA POLÍTICA E O PARLAMENTARISMO.....		211
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS.....		211
	Conclusão	224
	Referências.....	225
INDIVISIBILIDADE DA CHAPA NAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS.....		227
LUIZ EDSON FACHIN, FRANCISCO GONÇALVES SIMÕES.....		227
1	Introdução	227
2	O valor da indivisibilidade das chapas como elemento do Estado de Direito Democrático	227
3	O tratamento normativo do tema	231
3.1	Nas Constituições Federais.....	231
3.2	Na legislação infraconstitucional vigente.....	233
4	Do reconhecimento da possibilidade de cindir chapas pela Justiça Eleitoral.....	235
4.1	Da efetividade do prazo para a substituição de candidatos.....	240
4.2	Das hipóteses legais de substituição.....	241
4.2.1	Candidato cujo registro de candidatura foi indeferido	242
4.2.2	Candidato considerado inelegível	243
4.2.3	Candidato cujo registro de candidatura foi cancelado	244
4.2.4	Renúncia	245
4.2.5	Morte	247
5	Conclusões.....	248
	Referências.....	249
LOS DERECHOS POLÍTICOS ELECTORALES DE LAS MUJERES EN LA REPÚBLICA ARGENTINA. EL CAMINO HACIA LA PARIDAD DE GÉNERO.....		251
ELENA ISABEL GÓMEZ		251
1	Consideraciones generales.....	251
2	La desigualdad de género en Argentina.....	254
2.1	Antecedentes.....	254

2.2	La “ley de cupo femenino”	256
2.3	La participación política de las mujeres en la reforma constitucional de 1994	257
2.4	Lineamientos jurisprudenciales antes de la sanción de la ley de paridad	260
3	La paridad de género en la integración de las listas para cargos públicos electivos	262
3.1	La Ley de Paridad de Género	262
3.2	Jurisprudencia.....	264
4	Reflexiones finales	266
	Referencias	267

REPENSANDO OS PARTIDOS POLÍTICOS	269
--	-----

HENRIQUE NEVES DA SILVA	269
--------------------------------------	------------

Introdução	269
Histórico dos partidos políticos	271
A crise de representatividade dos partidos políticos.....	276
Natureza dos partidos políticos	281
Transparência partidária	282
Estruturas burocráticas.....	283
Conclusão	288
Referências.....	289

VARIAÇÕES SOBRE UM TEMA DE TODOS: DEMOCRACIA	291
--	-----

ODETE MEDAUAR	291
----------------------------	------------

1	Prólogo.....	291
2	Democracia e seu fascínio	291
3	Caracterizações da democracia no tocante a tipo de Estado e tipo de governo	292
4	Democracia em crise? Fim da democracia?.....	293
5	“Anticorpos” da democracia.....	295
6	Democracia como valor, democracia como direito	296
7	Democracia administrativa	297
8	Democracia fora do âmbito público-estatal.....	298
8.1	Democracia no setor privado.....	298
8.2	Democracia na esfera global.....	298
9	Conclusão	299
	Referências.....	299

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97/2017: REFLEXÕES SOBRE A CLÁUSULA DE DESEMPENHO E O FIM DAS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS.....	301
--	-----

PEDRO PAES DE ANDRADE BANHOS.....	301
--	------------

1	Notas introdutórias: reforma política, multipartidarismo e coligações partidárias no Brasil	301
2	Da inconstitucionalidade da cláusula de barreira da Lei dos Partidos Políticos à cláusula de desempenho da Emenda Constitucional nº 97/2017	304
3	Análise dos efeitos da Emenda Constitucional nº 97/2017.....	306
4	Notas conclusivas	310
	Referências.....	311

SEMPRESIDENCIALISMO: INSTRUMENTO DE SUPERAÇÃO DAS CRISES INSTITUCIONAIS DECORRENTES DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO?.....	313
---	-----

TIAGO PAES DE ANDRADE BANHOS	313
---	------------

1	Relação intrínseca entre as teorias da separação dos poderes e os sistemas de governo	313
2	Diagnóstico do presidencialismo no Brasil: exame do presidencialismo de coalizão e das crises institucionais vivenciadas no arranjo institucional brasileiro	317
3	Implementação do semipresidencialismo como instrumento de superação das crises institucionais decorrentes do presidencialismo de coalizão.....	322
4	Notas finais.....	326
	Referências.....	326

MAQUINAÇÃO ELITISTA OU DEFENSORA DA LISURA DAS ELEIÇÕES? A JUSTIÇA ELEITORAL NA BERLINDA	329
--	-----

LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES	329
---	------------

I	329
II	333
III	333
IV	334
V	335
VI	335

VII	337
VIII	338
IX	340
	Referências.....	341
FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO E CAMPANHA ELEITORAL NO BRASIL – PONTOS CRÍTICOS DESTA COLCHA DE RETALHOS		343
MARCELO WEICK POGLIESE		343
	Conclusão	361
	Referências.....	361
ESTADO DA ARTE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: RESTROSPECTO E PROGNOSE.....		363
ALEXANDRE LIMA RASLAN, ANTÔNIO BARBOSA DE SOUZA NETO		363
	Introdução	363
1	Participação popular expressa em lei	364
2	Características atuais dos Conselhos Gestores	366
3	Participação popular por Audiências e Consultas Públicas.....	368
4	Novos rumos da participação popular	374
	Conclusão	375
	Referências.....	376
BREVES REFLEXÕES SOBRE MUDANÇAS LEGISLATIVAS QUE VALORIZARAM A SOBERANA VONTADE DA MAIORIA		379
EDUARDO DAMIAN		379
A TRANSFORMAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DOS INTERMEDIÁRIOS DA INTERNET		387
RICARDO RESENDE CAMPOS		387
1	Introdução	387
2	O surgimento de uma nova responsabilidade jurídica.....	388
3	A crise de responsabilidade dos intermediários.....	390
4	Em busca de um modelo adequado para os intermediários	391
5	Conclusão	393
	Referências.....	393
AS REFORMAS NO ÂMBITO DA PROPAGANDA ELEITORAL E A ASCENSÃO DAS REDES SOCIAIS.....		395
LUIZA VEIGA		395
1	Considerações Iniciais	395
2	Evolução jurisprudencial da propaganda eleitoral extemporânea no Tribunal Superior Eleitoral.....	396
3	Breves considerações sobre a importância da liberdade de expressão no processo eleitoral.....	400
4	A ascensão da internet no processo político	403
5	Considerações finais	409
	Referências.....	411
SISTEMA PARTIDÁRIO E CANDIDATURAS INDEPENDENTES: LIMITAÇÃO DE DIREITO FUNDAMENTAL OU ESCOLHA LEGÍTIMA DE UM SISTEMA ELEITORAL?		413
MARILDA DE PAULA SILVEIRA		413
	Candidaturas avulsas: a abertura de relevante debate sobre um ponto de conflito	413
	Convenção Americana de Direitos Humanos: o dilema da escolha por um sistema eleitoral válido e a Corte Interamericana de Direitos Humanos	415
	Conclusão	419
	Referências.....	419
SISTEMAS ELEITORAIS: UMA IDEIA DO SISTEMA DISTRITAL MISTO E AS PREOCUPAÇÕES COM SUA IMPLANTAÇÃO TAL COMO PROPOSTO.....		421
JAMILE DUARTE COELHO VIEIRA		421
	Referências.....	431
DESAFIOS POLÍTICOS E SOCIAIS AO CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO NO BRASIL		433
FLÁVIO PANSIERI, RENE ERICK SAMPAR		433
	Introdução	433

1	Bases do constitucionalismo ocidental e a influência das revoluções liberais na formação do constitucionalismo moderno.....	434
2	O apogeu democrático ao longo do século XX	437
3	Brasil: uma república que prescindiu do povo?	440
4	Constitucionalismo democrático: o caminho para o desenvolvimento nacional	443
	Considerações finais	448
	Referências.....	449

A INELEGIBILIDADE PELA CONDENAÇÃO EM ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: ANÁLISE DO ART. 1º, INC. I, ALÍNEA “L”, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990.....	451
---	-----

BRUNO DUAILIBE **451**

1	Introdução	451
2	Da improbidade administrativa e a Constituição.....	452
3	Lei nº 8.429/92: espécies de atos de improbidade administrativa e suas sanções.....	454
3.1	Atos que importam em enriquecimento ilícito (art. 9º)	457
3.2	Atos que causam prejuízo ao erário (art. 10).....	458
4	Inelegibilidade por ato doloso de improbidade administrativa	460
4.1	Requisitos	460
4.1.1	Em <i>decisão transitada em julgado</i> ou proferida por órgão judicial colegiado.....	460
4.1.2	Os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos	463
4.1.3	Que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito	463
4.1.4	Prática de ato doloso de improbidade administrativa.....	468
4.1.5	Desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o <i>cumprimento da pena</i>	469
5	Considerações finais	474
	Referências.....	475

SOBRE OS COORDENADORES	477
------------------------------	-----

SOBRE OS AUTORES.....	479
-----------------------	-----

SUMÁRIO - tomo II

PREFÁCIO

Rosa Weber	13
-------------------------	----

AUTOCONTENÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI, ILDEGARD HEVELYN DE OLIVEIRA ALENCAR	15
--	----

1	Introdução	15
2	A “judicialização da vida” no Supremo Tribunal Federal e suas implicações	16
3	Algumas doutrinas sobre a autocontenção judicial	19
4	Autocontenção no Supremo Tribunal Federal	22
5	Conclusão	25
	Referências.....	25

CORTES CONSTITUCIONAIS E DEMOCRACIA: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOB A CONSTITUIÇÃO DE 1988

LUIZ FUX	27
-----------------------	----

	Introdução	27
I	As Cortes Constitucionais e o constitucionalismo global	28
II	A experiência brasileira: o Supremo Tribunal Federal e a guarda da Constituição de 1988	32
III	Os limites do poder judicial: diálogos entre o Supremo Tribunal Federal e a sociedade	35
	Conclusão	38
	Referências.....	39

UMA RELEITURA DO “PRINCÍPIO” DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO	41
---	----

1	Localização e problematização do tema	41
2	A função dos princípios na contemporaneidade jurídica	41
3	Direito Administrativo visceralmente constitucionalizado	43
4	Os riscos da aplicação desmesurada de princípios	47
5	Impactos dos princípios no sistema (constitucionalizado e não codificado) de Direito Administrativo	49
6	Conteúdo (jurídico) do “princípio” da supremacia do interesse público.....	52
7	Conclusões.....	55
	Referências.....	56

MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA: APORTES DO CASO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E DO BRASIL

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS	59
--	----

1	Introdução	59
2	As origens da revisão constitucional das leis nos Estados Unidos da América	61
3	O modelo brasileiro de Constituições em continuada reforma por emendas.....	66
4	Conclusão	69
	Referências.....	71

BREVES CONSIDERAÇÕES QUANTO AO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS 130 ANOS DE REPÚBLICA E OS LIMITES DE SUA ATUAÇÃO JUNTO AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES	73
--	----

	Introdução	73
1	Breves considerações quanto ao tratamento conferido às instituições, notadamente ao Ministério Público, nas constituições repúblicas brasileiras	74
2	Exame da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e seus impactos na atuação do Ministério Público	78
2.1	Da legitimidade do Ministério Público Estadual para atuar diretamente nos Tribunais Superiores.....	78
2.2	Da legitimidade do Ministério Público para ajuizar ações individuais para o fornecimento de medicamentos	82
2.3	Da legitimidade do Ministério Público para ajuizar ações de alimentos.....	82

2.4	Da legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública para questionar incentivos fiscais.....	83
2.5	Das conquistas sociais asseguradas via ação civil pública proposta pelo Ministério Público.....	83
2.5.1	Idoso faz jus a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor do ingresso de eventos destinados ao seu lazer	83
2.5.2	Obrigatoriedade de as instituições financeiras utilizarem o Sistema Braille nas contratações bancárias estabelecidas com a pessoa com deficiência visual	84
2.5.3	Dos precedentes do Supremo Tribunal Federal que conferem legitimidade ao Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados	85
3	Considerações finais	86
	Referências.....	86

MONOPÓLIOS PÚBLICOS NA ORDEM ECONÔMICA BRASILEIRA

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO	89	
I	Conceito e disciplina constitucional.....	89
II	Monopólios em espécie.....	92
II.1	Atividades minerárias.....	93
II.2	Atividades nucleares.....	94
II.3	Atividades petrolíferas	95
II.3.1	As concessões de E&P	98
II.3.2	O regime jurídico do pré-sal.....	100
II.3.2.1	Contratos de partilha	101
II.3.2.2	Cessão onerosa.....	103
II.3.2.3	Conclusão	104

ADVOCACIA PÚBLICA, PRIMEIRO JUIZ DA CAUSA DO PODER PÚBLICO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA E DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO.....	107	
I	A Constituição de 1988 e a advocacia pública	107
II	A advocacia pública e os princípios constitucionais da legalidade, da moralidade pública e da impessoalidade.....	108
III	A consultoria jurídica	109
IV	A advocacia pública, sua independência e a litigiosidade.....	111
V	Interesse público e interesse do poder público e a instituição de métodos alternativos.....	112
VI	Conclusão	114

NOTAS SOBRE A TOLERÂNCIA: FUNDAMENTOS, DISTINÇÕES E LIMITES

CLÈMERSON MERLIN CLÈVE, BRUNO MENESES LORENZETTO.....	115	
	Introdução	115
1	Fundamentos	117
2	Distinções	122
3	Limites.....	125
	Considerações finais	130
	Referências.....	130

DIREITO E DESENVOLVIMENTO DE ACORDO COM DAVID TRUBEK E AS LIÇÕES DE JOHN RAWLS PARA A SUSTENTABILIDADE

GABRIEL WEDY.....	133	
	Introdução	133
1	A Primeira Era: o Estado Desenvolvimentista.....	134
2	A Segunda Era: desenvolvimento e o Estado (Neo)liberal	135
3	A Terceira Era: direito e desenvolvimento(sustentável) nos nossos dias	137
4	Desenvolvimento e o liberalismo político na concepção de John Rawls	142
5	Desenvolvimento e justiça distributiva	145
6	Contribuição das ideias de John Rawls para os desafios da Terceira Era do Desenvolvimento (sustentável).....	147
	Conclusão	151
	Referências.....	152

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO E FALHAS DE REGULAÇÃO

GUSTAVO BINENBOJM	155	
I	O que é?	155
II	Para que serve?	156
III	AIR <i>ex ante</i> e AIR <i>ex post</i>	156
IV	A quem cabe realizar AIR?	156
V	Regulamento: início da vigência, metodologia, obrigatoriedade e dispensa.....	157
VI	Críticas à AIR e possíveis respostas em sua defesa.....	158
VII	Conclusões.....	160

O DEVIDO PROCESSO LEGAL NO DIREITO BRASILEIRO: A ATUALIDADE DA DEFESA DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO	163
I Introdução	163
II A garantia ao devido processo legal na história constitucional brasileira.....	165
III Devido processo legal e Estado de Direito	167
IV Considerações finais	171
Referências.....	172

“MÁXIMO EXISTENCIAL POSSÍVEL” NO SOPESAMENTO ENTRE O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO SUPERIOR E O INTERESSE PÚBLICO AO EQUILÍBRIO FISCAL

RICHARD PAE KIM, DANIEL DELA COLETA EISAQUI	175
Introdução	175
1 O direito fundamental à educação à luz da teoria do máximo existencial.....	176
2 O equilíbrio fiscal como interesse público e sua colisão com direitos fundamentais: a teoria da reserva do possível.....	183
3 O contingenciamento de verbas às universidades à luz do dever de mitigar o próprio dano	187
Considerações finais	191
Referências.....	193

JURISDIÇÃO PENAL E EFETIVIDADE

ROGERIO SCHIETTI MACHADO CRUZ	197
I Introdução	197
II Distância entre o mundo normativo e o mundo real – consequências	198
III Os frustrados fins do Direito Penal.....	200
IV A realidade desafia o sistema de justiça criminal	203
V Fragilidade normativa do Direito Penal	205
VI Algumas causas do déficit de efetividade da justiça criminal.....	208
VII O sistema penitenciário – triste epílogo da justiça criminal	210
VIII Encaminhamento reflexivo	214
Referências.....	216

O DIÁLOGO INSTITUCIONAL ENTRE OS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO: O CONTEXTO DA JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E A MUDANÇA DO PARADIGMA DA “ÚLTIMA PALAVRA DECISÓRIA”

PATRICIA CERQUEIRA KERTZMAN SZPORER, MAURÍCIO KERTZMAN SZPORER, VALMIR CHAVES DE OLIVEIRA NETO	219
1 Introdução	219
2 Os “chavões” teóricos e a terceira via: diálogo entre os poderes.....	221
3 O diálogo institucional e o paradigma da “última palavra decisória”	224
4 Espécies de diálogo institucional: “pacífico” x “estocada e bloqueio”	227
5 Considerações finais	230
Referências.....	231

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MOVIMENTO: A INTRODUÇÃO DA VOTAÇÃO DE TESES E O ENCONTRO COM A TEORIA DOS PRECEDENTES

PATRICIA PERRONE CAMPOS MELLO	233
Palavras iniciais: O Ministro e o Professor	233
Introdução	234
1 Os diferentes modelos colegiados de decisão.....	237
2 O modelo colegiado de decisão do Supremo Tribunal Federal	240
3 A introdução da votação das teses	241
4 O encontro com a teoria dos precedentes.....	244
Conclusão	248
Referências.....	248

MINISTÉRIO PÚBLICO E SUAS ONDAS EVOLUTIVAS

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO	251
I Notas introdutórias	251
II A primeira onda evolutiva: em busca da identidade institucional.....	251
III A segunda onda: o construcionismo institucional	254
IV A terceira onda: o Ministério Público da Constituição de 1988.....	256
V Uma nova onda de mudanças se avizinha	259
Referências.....	262

EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

RENATA GIL, RENEE DO Ó SOUZA, MARCELLE RODRIGUES DA COSTA E FARIA.....	267
1 Introdução	267
2 Hodierno sistema de proteção dos direitos do homem.....	268
3 Direito Internacional Público e Direito Interno Estatal	269
4 Poder Judiciário como responsável pelo controle de convencionalidade das normas de direitos humanos.....	271
5 Exemplo de controle de convencionalidade no Brasil – a incompatibilidade da nova Lei de Abuso de Autoridade com o dever de tutela penal inserido na Convenção Interamericana de Direitos Humanos.....	274
6 Conclusão	277
Referências.....	277

A FUNÇÃO SOCIAL DO PODER JUDICIÁRIO E O PAPEL DAS ESCOLAS JUDICIÁRIAS NA CONTEMPORANEIDADE

ANGELA ISSA HAONAT.....	279
Introdução	279
O (re)surgimento do Direito Constitucional	280
Carreiras jurídicas e currículos dos cursos de Direito	281
Das escolas judiciárias antes e depois da EC nº 45/2004.....	284
Objeto de análise: Escola da Magistratura Tocantinense (ESMAT)	286
Considerações finais	288
Referências.....	288

A TUTELA JURISDICIONAL CONFERIDA AOS DEMANDISTAS SINGULARES – NOVA MINORIA DO ESTADO BRASILEIRO. A VERTENTE DE ACELERAÇÃO DA ESTABILIDADE JURISPRUDENCIAL DO ARTIGO 926 DO CPC, DIANTE DO EXCESSO DE DEMANDAS EM MASSA E/OU AÇÕES PREDATÓRIAS

ALEXANDRE AGUIAR BASTOS	291
Introdução	291
1 Acesso ao Judiciário (<i>heterocomposição</i>)	292
2 O sistema de precedentes e a otimização da heterocomposição	296
3 A alteração do perfil das demandas – excesso e ações predatórias – fenômenos sociais econômicos	298
4 A estabilidade jurisprudencial do artigo 926 do CPC com os olhos voltados à realidade social.....	301
Conclusão	307
Referências.....	309

MULTIPLICANDO LITÍGIOS: A ELEIÇÃO DA MÉTRICA SENTENÇAS-POR-MINUTO COMO UM MEIO SEM FIM. QUE LIÇÕES PODEMOS EXTRAIR DA INSOLVÊNCIA DA UNIMED PAULISTANA?

ALEXANDRE JORGE CARNEIRO DA CUNHA FILHO, ALEXANDRA FUCHS DE ARAÚJO	311
1 Introdução – o problema das lides repetitivas	311
2 O Judiciário sob a pressão dos números	312
3 O caso da liquidação extrajudicial da Unimed Paulistana.....	317
3.1 Em que ponto avançamos?	319
3.2 O que ficou por fazer?	321
4 Perspectivas: ação estrutural?.....	323
5 Conclusão	324
Referências	326

OS LIMITES DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO

CAROLINE MARIA VIEIRA LACERDA	329
1 A constitucionalização do Direito.....	329
1.1 A valorização dos princípios constitucionais à luz da constitucionalização do Direito.....	333
2 A constitucionalização do Direito Administrativo e a necessidade de revisitação de seus paradigmas clássicos.....	335
3 Limites da constitucionalização do Direito Administrativo.....	342
4 Conclusões.....	345
Referências.....	347

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NA VISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA	349
1 O Ministério Público: Constituição Federal de 1988	349
2 Investigação criminal no Brasil	350
2.1 Conceito, finalidade e destinatários da investigação criminal	350
2.2 Investigação policial: inquérito policial	351
2.3 Investigação extrapolicial: instrumentos investigatórios diversos do inquérito policial	352
3 O Ministério Público e a investigação criminal direta – legislação e doutrina	353
3.1 Argumentos contrários à investigação criminal pelo Ministério Público.....	354
3.2 Argumentos favoráveis à investigação criminal pelo Ministério Público	356

4	O Ministério Público e a investigação criminal direta – visão do Supremo Tribunal Federal	363
4.1	Evolução da jurisprudência no Supremo Tribunal Federal sobre o tema	363
4.2	Posição atual do Supremo Tribunal Federal sobre o tema (RE nº 593.727-MG, repercussão geral, Pleno)	365
5	Conclusão	372
	Referências	373

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVA: EXPERIÊNCIA BRASILEIRA À LUZ DO MODELO FRANCÊS

BENEDITO GONÇALVES, ANA LUCIA PRETTO PEREIRA	377	
1	Introdução	377
2	Jurisdição administrativa no modelo francês	377
3	Jurisdição administrativa na experiência brasileira	379
3.1	O caso do Conselho Nacional do Ministério Público	381
3.2	O caso do Conselho Nacional de Justiça	383
4	Conclusão	386
	Referências	386

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO: UM DIREITO DE OFENDER?

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, KAMILE CASTRO	389	
1	Introdução	389
2	Liberdade de pensamento e expressão: da cidade antiga aos dias atuais	390
3	Liberdade e responsabilidade	393
4	Um direito para incomodar...ou mesmo ofender?	398
5	Conclusão	402
	Referências	403

O CRESCIMENTO DOS *HABEAS CORPUS* NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR	405
--	------------

OS TRIBUNAIS DE CONTAS NO CUMPRIMENTO DE SUA FUNÇÃO SOCIAL E O REPENSAR SOBRE SUAS COMPETÊNCIAS E SUA FORMA DE ATUAÇÃO

RONALDO CHADID	413	
	Introdução	413
1	A formação do Estado pelas diversas formas de atuação do Poder	414
2	A separação de poderes (funções) e os diversos órgãos que compõem o núcleo da organização do Estado	416
3	Consolidação institucional dos Tribunais de Contas nas Constituições	420
4	Funções dos Tribunais de Contas	424
5	Repensando os Tribunais de Contas	425
5.1	Eficiência pedagógica	426
5.2	Cautelares	426
5.3	A atuação concomitante	427
5.4	Gestão de riscos	427
5.5	Termos de ajustamento de gestão	428
	Conclusão	429
	Referências	430

ASSIMETRIAS REGULATÓRIAS FEREM O PRINCÍPIO DA ISONOMIA?

PARÂMETROS E PERSPECTIVAS CONSTITUCIONAIS

JORGE OCTÁVIO LAVOCAT GALVÃO, GABRIEL CAMPOS SOARES DA FONSECA	433	
	Introdução	433
1	O princípio da isonomia na Constituição de 1988	434
1.1	O princípio da isonomia na doutrina nacional	436
1.2	O princípio da isonomia na jurisprudência nacional	440
2	Assimetrias regulatórias	442
3	Assimetrias regulatórias e o princípio da isonomia	445
	Considerações finais	447
	Referências	448

SOBRE OS COORDENADORES	451
-------------------------------------	------------

SOBRE OS AUTORES	453
-------------------------------	------------